

27 DEZ 16 1956691

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, SOB REGIME DE GARANTIA FIRME, DA SANTISTA WORK SOLUTION S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **SANTISTA WORK SOLUTION S.A.** sociedade por ações sem registro de capital aberto junto a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Maria Coelho Aguiar, nº. 215, Bloco A, 2º andar, Sto. Amaro, CEP 05804-900, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 61.520.607/0001-97, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.012.071, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

como agente fiduciário, representando a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, da Emissora ("Debêntures" e "Debenturistas", respectivamente),

(b) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 07 – Grupo 201, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

e, na qualidade de intervenientes garantidoras,

(c) **SANTISTA PARTICIPAÇÕES S.A.** sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Maria Coelho Aguiar, nº 215, Bloco A, 2º andar, Santo Amaro, CEP 05804-900, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.082.688/0001-73, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.300.138.490, nesta ato representada na forma de seu estatuto social ("Santista Participações"), e

(d) **SANTISTA JEANSWEAR S.A.** (atual denominação social da Tavex Indústria Têxtil S.A.) sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Maria Coelho Aguiar, n.º 215, Bloco A, 2º andar, sala 1, Santo Amaro, CEP 05804-900,



27 DEZ 18 956691

REGISTRO DE DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO, 18 DE DEZEMBRO DE 2018

inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 18.612.511/0001-20, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.300.455.185, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Santista Jeanswear" e, em conjunto com a Santista Participações, "Garantidoras");

vêm por esta firmar, na melhor forma de direito, o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da Santista Work Solution S.A." ("Escritura de Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA EMISSÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 19 de dezembro de 2016 ("AGE"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única ("Emissão"), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro pela Comissão de Valores Mobiliários e Registro pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. A Oferta Restrita poderá vir a ser objeto de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos dos parágrafos primeiro, inciso I e segundo do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" atualmente em vigor, exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, após a









27 DEZ 16 13:55:56

expedição, até a data de comunicação de encerramento da Oferta Restrita, de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

2.2. Arquivamento na JUCESP e Publicação da Ata da AGE

2.2.1. A ata da AGE que deliberou a Emissão será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 62 e ao artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

2.3.1. Esta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão protocolados para registro na JUCESP em até 5 (cinco) dias contados da data da respectiva assinatura, de acordo com o inciso II e o parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, devendo ser entregue 1 (uma) via original do respectivo documento registrado ao Agente Fiduciário em até 05 (cinco) dias úteis contados da data de concessão do referido registro.

2.4. Registro para Colocação, Negociação e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão depositadas para distribuição no mercado primário por meio do Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP.

2.4.2. As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.3. Não obstante o descrito no item 2.4.2 acima, as Debêntures poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre investidores, depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de cada subscrição ou aquisição, conforme o caso, pelos Investidores Profissionais (conforme definido abaixo), conforme disposto nos artigos 13 e 15, § 1º da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

27 DEZ 16 19:56:691

2.4.3.1. Na hipótese de a Emissora vier a deixar de ter o registro mencionado no artigo 15, § 1º da Instrução CVM 476, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), observado o prazo de 90 (noventa) dias descrito no artigo 13 da Instrução CVM 476.

2.5. Aprovação da Garantia Fidejussória

2.5.1. A prestação da garantia fidejussória pela Santista Participações, nos termos do item 4.18 abaixo, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de dezembro de 2016, cuja ata será registrada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.5.2. Ainda, a prestação da garantia fidejussória pela Santista Jeanswear, nos termos do item 4.18 abaixo, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 19 de dezembro de 2016, cuja ata será registrada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.6. Constituição da Garantia Fidejussória

2.6.1. Em função da garantia fidejussória prestada pelas Garantidoras nos termos do item 4.18 abaixo, a presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos deverão ser registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes ou domicílio da Emissora, do Agente Fiduciário e das Garantidoras, na forma prevista nos artigos 129 e 130 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada.

2.6.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes da Emissora, do Agente Fiduciário e das Garantidoras, no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data de obtenção dos referidos registros.

2.6.3. Caso a Emissora não providencie os registros previstos neste item 2.6., o Agente Fiduciário poderá, nos termos do artigo 62, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, promover os registros acima previstos, devendo a Emissora arcar com os respectivos custos de tais registros.

REGISTRO DE IMÓVEIS
5º OFÍCIO
27 DEZ 16
956691
REGISTRO DE IMÓVEIS
RIO DE JANEIRO - RJ

2.7. Aprovação da Garantia Real

2.7.1. A outorga da garantia real pela Emissora, nos termos do item 4.19. abaixo, foi aprovada pela AGE.

2.7.2. Ainda, a outorga da garantia real pela Santista Jeanswear, nos termos do item 4.19. abaixo, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 19 de dezembro de 2016, cuja ata será registrada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.8. Registro da Garantia Real

2.8.1. As Escrituras de Hipoteca, conforme definido no item 4.19 abaixo (bem como seus eventuais aditamentos), serão registradas nos Cartórios de Registro de Imóveis das cidades de Tatuí, no Estado de São Paulo, e de Paulista, no Estado de Pernambuco, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura da presente Escritura.

2.8.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original das Escrituras de Hipoteca e eventuais aditamentos, devidamente registrados nos Cartórios de Registro de Imóveis, no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data de obtenção dos referidos registros.

2.8.3. Caso a Emissora não providencie os registros previstos neste item 2.8, o Agente Fiduciário poderá, nos termos do artigo 62, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, promover os registros acima previstos, devendo a Emissora arcar com os respectivos custos de tais registros.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social

3.1.1. A Emissora tem por objeto a exploração de indústria e comércio de fiação e tecelagem, as atividades de confecção e lavanderia; tinturaria e acabamento de produtos têxteis; industrialização e/ou comercialização de equipamentos de proteção individual; exportação de produtos agrícolas, animais e minerais, industrializados ou considerados em seu estado natural; produtos alimentícios e derivados, materiais de construção, produtos plásticos,









27 DEZ 16 956691

embalagens de plástico e de papel e indústria gráfica; exploração e aproveitamento de jazidas minerais no território nacional; importação e exportação de bens direta ou indiretamente relacionados com os seus ramos de atividade, participação em outras empresas, tendo em vista a realização de seu objeto social.

3.2. Série

3.2.1. A Emissão será realizada em uma única série.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão").

3.4. Quantidade de Debêntures

3.4.1. Serão emitidas 6.000 (seis mil) Debêntures.

3.5. Destinação dos Recursos

3.5.1. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão serão utilizados para a liquidação antecipada de Cédula de Crédito Bancário – Capital de Giro nº 313.202.405 emitida pela Santista Jeanswear.

3.6. Número da Emissão

3.6.1. Esta Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Emissora.

3.7. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.7.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da instrução CVM 476, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, no montante de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), com a intermediação de instituição financeira autorizada a operar no sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador"), nos termos do "Instrumento Particular de *Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com*

27 DEZ 16 956691

REGISTRO DE INVESTIMENTOS
RIO DE JANEIRO - RJ

Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, da Santista Work Solution S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador ("Contrato de Distribuição").

3.7.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. Para tanto, o Coordenador poderá acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

3.7.3. Nos termos da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada inclusive pela Instrução da CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014 ("Instrução CVM 539" e "Instrução CVM 554", respectivamente) e para fins da Oferta Restrita, serão considerados:

(a) "Investidores Profissionais": (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM 539; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes; e

(b) "Investidores Qualificados": (i) Investidores Profissionais; (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM 539; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados.

3.7.4. Os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.





3.7.5. Observado o disposto no artigo 7º-A da Instrução CVM 476 e nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 476, o início da Oferta Restrita e o encerramento da Oferta Restrita deverá ser informado pelo Coordenador à CVM, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado da primeira procura a potenciais investidores e no prazo de 5 (cinco) dias, contado de seu encerramento, respectivamente.

3.8. Banco Liquidante e Escriturador

3.8.1. O banco liquidante da Emissão e o escriturador da Oferta Restrita será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador", respectivamente, cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e o Escriturador na prestação dos serviços de banco liquidante e de escriturador previstos nesta Escritura de Emissão).

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão das Debêntures

4.1.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 21 de dezembro de 2016 ("Data de Emissão").

4.2. Forma e Conversibilidade

4.2.1. As Debêntures serão da forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados, e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.3. Espécie

4.3.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, conforme descrita no item 4.19 abaixo e contarão com garantia fidejussória adicional na forma de fiança, conforme descrita no item 4.18. abaixo.

4.4. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.4.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil Reais) ("Valor Nominal Unitário").



REGISTRAR
27 DEZ 16
27 DEZ 16
956691
REGISTRAR
RIO DE JANEIRO, RJ

REGISTRO EM DOCUMENTOS
27 DEZ 16 956691
RECISTRAÇÃO EM DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO CAPITAL-RJ

4.5. Preço e Forma de Subscrição e Integralização

4.5.1. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição").

4.5.2. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, em uma única data. A integralização será realizada à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição ("Data de Integralização") de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP, em valor correspondente ao Preço de Subscrição.

4.6. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

4.6.1. Ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo) e/ou de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vigência de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 21 de dezembro de 2021 ("Data de Vencimento").

4.7. Remuneração

4.7.1. Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário não será atualizado.

4.7.2. Remuneração: A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Integralização, correspondentes à variação acumulada de 130,00% (cento e trinta inteiros por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI-Over"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido no item 4.7.4. abaixo ("Remuneração"). As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial e cumulativa utilizando-se o critério *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.

4.7.3. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorDI} - 1)$$



27 DEZ 16 09:56:69

REGISTRAR DE DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO

onde:

J = valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

FatorDI= produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(\text{TDI}_k \times \frac{S}{100} \right) \right]$$

onde:

k = número de ordem de TDI_k , variando de 1 (um) até n_{DI} ;

n_{DI} = número total de Taxas DI-Over, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

S = 130,00 (cento e trinta inteiros);

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;



27 DEZ 16 09:56:691

REGISTRO DE DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO, 27 DE DEZ 2016**Observações:**

- (a). O fator resultante da expressão $1 - \left(TDL \times \frac{S}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- (b). Efetua-se o produtório dos fatores diários $1 - \left(TDL \times \frac{S}{100} \right)$ sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (c). Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (d). A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

4.7.4. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração, e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.7.5. Caso a Taxa DI-Over não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI-Over aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI-Over disponível.

4.7.5.1. Na ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da utilização e/ou extinção da Taxa DI-Over por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos, após a data esperada para apuração e/ou divulgação da Taxa DI-Over, ou imediatamente em caso de sua extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do término do prazo de 10 (dez) dias indicado acima nesta cláusula ou da data de impossibilidade legal de sua aplicação, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) para a deliberação, nos termos da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão e do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, de comum acordo entre a Emissora e os Debenturistas, do novo parâmetro a ser

27 DEZ 18 956691

utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios, novo parâmetro este que deverá ser similar ao utilizado para a Taxa DI Over, observado o disposto no item 4.7.6 abaixo.

4.7.6. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em prazo superior que venha a ser definido de comum acordo em referida assembleia, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último. As Debêntures adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI-Over divulgada oficialmente

4.7.7. Caso a Taxa DI-Over volte a ser apurada/divulgada e/ou sua utilização volte a ser permitida antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.7.5. acima, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.7.8. As Garantidoras desde já concordam com o disposto nos itens 4.7.6. a 4.7.7. acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), mantendo-se a Fiança (conforme abaixo definida) válida e em pleno vigor. As Garantidoras desde já concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer instrumentos necessários à efetivação do disposto nesta Cláusula.

4.8. Pagamento da Remuneração

4.8.1. A Remuneração será paga trimestralmente nos meses de março, junho, setembro e dezembro a partir da Data de Emissão sem carência, sendo o primeiro pagamento devido em 21 de março de 2017, devendo o último pagamento ocorrer na Data de Vencimento (ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, se for o caso) ("Data de Pagamento da Remuneração").



27 DEZ 1995 956691

4.9. Amortização

4.9.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em oito parcelas semestrais e iguais, nos meses de junho e dezembro, sendo a primeira parcela devida a partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da Data de Emissão, da seguinte forma

DATA DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DE AMORTIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO
21 de junho de 2018	12,5%
21 de dezembro de 2018	12,5%
21 de junho de 2019	12,5%
21 de dezembro de 2019	12,5%
21 de junho de 2020	12,5%
21 de dezembro de 2020	12,5%
21 de junho de 2021	12,5%
21 de dezembro de 2021	saldo do Valor Nominal Unitário
Total	100%

4.10 Local de Pagamento

4.10.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.11 Prorrogação dos Prazos

4.11.1. Caso uma determinada data de vencimento coincida com dia que não seja Dia Útil, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para fins da presente Escritura de Emissão, a expressão “Dia Útil” significa (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da CETIP, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (ii) com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da CETIP, qualquer dia no qual

ASSIMILADA NA CATEGORIA DE DEBÊNTURES
27 DEZ 16 956691
RECIBO DE PAGAMENTO
RIO DE JANEIRO - RJ

haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo.

4.12. Repactuação

4.12.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.13 Publicidade

4.13.1. Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser obrigatoriamente comunicados pela Emissora na forma de avisos no Diário Oficial do Estado de São Paulo e nos jornais de publicação da Emissora, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – Internet.

4.14 Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.14.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome de cada Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.15 Imunidade ou Isenção de Debenturistas

4.16.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.16 Aditamento à Presente Escritura de Emissão

4.16.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser celebrados pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pelas Garantidoras após aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula Nona abaixo, e posteriormente arquivados na JUCESP, nos termos do item 2.3.1. acima.



27 DEZ 16 956691

REGISTRO DE DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO - RJ

4.17 Encargos Moratórios

4.17.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impuntualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória, não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios").

4.18 Fiança das Garantidoras

4.18.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, as Garantidoras prestam fiança em favor dos Debenturistas ("Fiança"), representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadoras e principais pagadoras de todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, nos termos descritos a seguir.

4.18.2. As Garantidoras declaram-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, solidariamente fiadoras e principais pagadoras do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias e acessórias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido").

4.18.3. O Valor Garantido será pago pelas Garantidoras no prazo de 1 (um) Dia Útil, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário a qualquer das Garantidoras informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora e/ou Garantidora, conforme o caso, nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pelas Garantidoras de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, fora do ambiente da CETIP.

4.18.4. As Garantidoras expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 821, 824, 827, 829, 830, 834, 835, 837 a 839, todos do Código Civil e artigo 794, da Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada ("Novo Código de Processo Civil").

27 DEZ 16 956691
REGISTRO DE IMÓVELS
RIO DE JANEIRO - RJ

4.18.5. As Garantidoras sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto deste item.

4.18.6. A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido. As Garantidoras desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

4.18.7. A presente Fiança poderá ser executada e exigida pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.


4.19. Garantia Real

4.19.1. Além da Fiança ora outorgada, o pagamento de todas as obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, os valores devidos com relação às Debêntures a título de principal e remuneração, todos os encargos moratórios, multas decorrentes de eventual atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias relacionadas às Debêntures e todos os eventuais tributos, despesas e custos devidos pela Emissora com relação às Debêntures, incluindo, gastos com honorários advocatícios, depósitos, verbas indenizatórias, custas e taxas judiciais ou extrajudiciais, inclusive relativos aos valores devidos ao Agente Fiduciário, também será garantido pela garantia real dos seguintes imóveis: (i) imóvel de propriedade da Santista Jeanswear descrito e caracterizado na matrícula nº 41.296 do Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de Tatuí/SP, inscrito no NIRF 3.225.202-1, CCIR nº 631.078.011.835-1 e cadastro municipal 0025.0001 e 0025.0018 ("Imóvel Tatuí") e (ii) imóvel de propriedade da Emissora descrito e caracterizado na matrícula nº 731 do 1º Serviço Notarial e Registral de Paulista/PE, inscrito no cadastro municipal nº 3.4190.003.02.1824.0001 ("Imóvel Paulista") (a "Garantia"). A Garantia será constituída em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, através da celebração de: (i) escritura de hipoteca do Imóvel Tatuí (a "Escritura de Hipoteca Tatuí") e (ii) escritura de hipoteca do Imóvel Paulista ("Escritura de Hipoteca Paulista" e, em conjunto com a Escritura de Hipoteca Tatuí, as "Escrituras de Hipoteca").

4.19.2. A subscrição e integralização das Debêntures somente poderá ocorrer após a constituição da Garantia.

CLÁUSULA QUINTA – RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

5.1 Resgate Antecipado





Bx
mw

ASSISTENTE ADMINISTRATIVOS
5900010
27DEZ16 956691
REGISTRO EM CARTELA
RIO DE JANEIRO - RJ

5.1.1. A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data de Emissão, inclusive, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado total das Debêntures, com seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido de (i) Remuneração, calculada desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, *pro rata temporis*, e (ii) prêmio flat calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, correspondente a: (a) 0,90% (noventa centésimos por cento), caso o resgate seja realizado entre o 13º (décimo terceiro) mês e o 24º (vigésimo quarto) mês, inclusive, isto é, entre os dias 22 de dezembro de 2017 e 21 de dezembro de 2018; (b) 0,60% (sessenta centésimos por cento), caso o resgate seja realizado entre o 25º (vigésimo quinto) mês e o 36º (trigésimo sexto) mês, inclusive, isto é, entre os dias 22 de dezembro de 2018 e 21 de dezembro de 2019; (c) 0,40% (quarenta centésimos por cento), caso o resgate seja realizado entre o 37º (trigésimo sétimo) mês e o 48º (quadragésimo oitavo) mês, inclusive, isto é, entre os dias 22 de dezembro de 2019 e 21 de dezembro de 2020 e (d) 0,30% (trinta centésimos por cento), caso o resgate seja realizado entre o 49º (quadragésimo nono) e a Data de Vencimento, isto é, entre os dias 22 de dezembro de 2020 e a Data de Vencimento ("Resgate Antecipado").

5.1.2. O Resgate Antecipado será operacionalizado por meio de comunicação enviada pela Emissora aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário, ao Escriturador e ao Banco Liquidante e a CETIP, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data prevista para o Resgate Antecipado ("Comunicação de Resgate Antecipado"), a qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado, incluindo: (a) a data prevista para o efetivo resgate das Debêntures e o efetivo pagamento aos Debenturistas; (b) o valor a ser pago pelo Resgate Antecipado, calculado conforme disposto no item 5.1.1. acima; e (c) as demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas.

5.1.3. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora.

5.2. Aquisição Facultativa

5.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures em Circulação caso algum dos titulares das Debêntures em Circulação deseje alienar tais Debêntures à Emissora. As Debêntures em Circulação eventualmente adquiridas pela Emissora nos termos aqui previstos,

   17 

27 DEZ 16 956691

REGISTRO DE TÍTULOS E DEBÊNTURAS
PRO. JARAGUÁ, 10/11/16 - RJ

a exclusivo critério da Emissora, serão canceladas, permanecerão na tesouraria da Emissora ou serão novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures que forem adquiridas para manutenção em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado farão jus à mesma Remuneração das Debêntures em Circulação.

CLAUSULA SEXTA – VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1 Vencimento Antecipado

6.1. Observado o disposto nos itens 6.2. a 6.5. abaixo, as Debêntures e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Emissora o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento nas seguintes hipóteses:

6.1.1. Vencimento Antecipado Automático:

- (a). não pagamento pela Emissora e/ou Garantidoras de qualquer obrigação pecuniária devida aos titulares das Debêntures, por período superior a 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo descumprimento;
- (b). vencimento antecipado ou declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas e/ou obrigações pecuniárias da Emissora e/ou das Garantidoras decorrentes de captação de recursos realizada no mercado financeiro e/ou de capitais no Brasil ou no exterior, em montante unitário ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o seu equivalente em outras moedas;
- (c). caso a Emissora e/ou Garantidoras diretamente, ou através de prepostos ou mandatários, deixarem de prestar informações que, se fossem do conhecimento dos Debenturistas, poderiam alterar seus julgamentos e/ou avaliações;
- (d). incorporação, fusão, cisão, liquidação, dissolução, extinção ou ocorrência de qualquer reorganização ou alteração na composição societária da Emissora e/ou das Garantidoras, inclusive decorrente de qualquer alienação, cessão ou transferência direta de ações do capital social da Emissora e/ou das Garantidoras, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na mudança do poder de controle da

270EZ163956691
REGISTRO DE DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO - RJ

Emissora e/ou das Garantidoras, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, com exceção da incorporação da Jeanswear pela Emissora, a qual não dependerá de aprovação prévia em Assembleia Geral de Debenturistas e não acarretará o vencimento antecipado das Debêntures;

- (e). uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em nome da Emissora e/ou das Garantidoras que, em conjunto ou isoladamente, resulte(m) em obrigação de pagamento pela Emissora ou pelas Garantidoras em montante unitário ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o seu equivalente em outras moedas, para as quais não tenha sido estabelecida provisão específica para pagamento;
- (f). apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, de autofalência ou o pedido, por terceiros, de falência ou insolvência civil, independentemente do deferimento do respectivo pedido, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela(s) ou decretado contra a Emissora e/ou Garantidoras, suas controladoras ou por qualquer uma de suas controladas e, no caso de pedido de falência requerido por terceiro, desde que não seja elidido pela Emissora e/ou pelas Garantidoras, conforme aplicável, dentro do prazo legal;
- (g). atuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, contra a Emissora e/ou as Garantidoras, de valor individual ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas, exceto por aquelas que estejam sendo contestadas pela Emissora e/ou pelas Garantidoras de boa-fé nas esferas judicial e/ou administrativa;
- (h). caso a Emissora e/ou as Garantidoras sofram ação judicial ou procedimento fiscal capaz de colocar em risco a Fiança e/ou a Garantia aqui constituídas ou o cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (i). transformação da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (j). alteração do atual objeto social disposto no estatuto social da Emissora e/ou das Garantidoras, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela(s) praticadas;



27 DEZ 18 956691

RECIBO
RIO DE JANEIRO - RJ

- (k). declaração de nulidade, inexecutabilidade ou ineficácia da Fiança e/ou da Garantia, por sentença judicial transitada em julgado, sem que haja uma substituição por outra garantia aprovada pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (l). redução do capital social da Emissora e/ou das Garantidoras; e
- (m). questionamento judicial, pela Emissora e/ou pelas Garantidoras, de quaisquer das disposições desta Escritura de Emissão ou do Contrato de Distribuição.

6.1.2. Vencimento Antecipado Não Automático:

- (a). provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pelas Garantidoras no âmbito da Emissão;
- (b). descumprimento, pela Emissora e/ou pelas Garantidoras, de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, não sanadas no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data do respectivo inadimplemento sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cura;
- (c). inadimplemento de quaisquer dívidas e/ou obrigações pecuniárias da Emissora e/ou das Garantidoras, decorrente de captação de recursos realizada no mercado financeiro e/ou de capitais, no Brasil ou no exterior, em montante unitário ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o seu equivalente em outras moedas, salvo se a Emissora ou as Garantidoras comprovarem, nos eventuais prazos de cura contratados, que referido inadimplemento: (i) foi sanado; ou (ii) teve seus efeitos suspensos por meio de qualquer medida judicial;
- (d). cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência de ativo(s), pela Emissora e/ou pelas Garantidoras, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa;
- (e). protesto de títulos contra a Emissora e/ou Garantidoras, em montante unitário ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o seu equivalente em outras moedas, que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados do efetivo protesto, salvo se (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, e/ou Garantidoras, conforme o caso, (b) for cancelado, ou, ainda, (c) forem prestadas pela Emissora e/ou Garantidoras, conforme o caso, e aceitas pelo Poder Judiciário garantias em juízo;

REGISTRO DE DOCUMENTOS
27 DEZ 18 956691
REGISTRO DE DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO - RJ

- (f). sequestro, expropriação, nacionalização, desapropriação ou qualquer forma compulsória de aquisição, por qualquer autoridade governamental, da totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou ações do capital social da Emissora e/ou das Garantidoras;
- (g). deliberação ou distribuição, pela Emissora e/ou pelas Garantidoras, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no estatuto social da Emissora e/ou das Garantidoras, caso a Emissora e/ou as Garantidoras, conforme o caso, estejam em mora com as obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (h). aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa daquela descrita no item “3.5 – Destinação dos Recursos” acima;
- (i). prestação de garantias reais e/ou fidejussórias a terceiros, contração de endividamento e/ou a constituição de qualquer espécie de ônus ou gravame sobre quaisquer dos bens ou direitos da Emissora e/ou das Garantidoras sem prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de debenturistas, exceto (i) contratação de operações de crédito agrícola com penhor de algodão; ou (ii) contratação de operações com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e/ou contratação de financiamentos para investimentos com outros bancos de desenvolvimento nacional ou internacional ou (iii) prestação de garantia no âmbito de processos judiciais, dívidas fiscais e/ou trabalhistas;
- (j). subordinação da dívida representada pelas Debêntures a qualquer outra dívida, exceto aquela cuja preferência decorra de determinação legal, sem prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; e
- (k). não manutenção, pela Emissora, do índice financeiro indicado a seguir, o qual deverá ser apurado anualmente, sendo a primeira apuração com base nas informações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017:
- relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA, calculada com base nos demonstrativos financeiros anuais auditados e consolidados da Santista Participações S.A., que não poderá ser superior a 3,50 (três inteiros e cinquenta décimos) vezes.

Para os fins da presente Escritura de Emissão, considera-se:

27 DEZ 16 1956691

REG. ALVARO DE L. 000
RIO DE JANEIRO - RJ

“Dívida Líquida”, a soma de Financiamentos de Curto Prazo, Duplicatas Descontadas, Debêntures de Curto Prazo, Financiamentos de Longo Prazo e Debêntures de Longo Prazo, menos o resultado da soma de disponibilidade em caixa e saldos de aplicações financeiras da Emissora; e



“EBITDA”, o lucro ou prejuízo líquido, acrescido da contribuição social e imposto de renda, equivalência patrimonial, resultados financeiros, depreciação e amortização da Companhia em bases consolidadas, relativo aos últimos 12 (doze) meses.

6.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados no item 6.1.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, desde que respeitados os prazos estabelecidos em cada uma das referidas alíneas, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação nesse sentido, pelo Agente Fiduciário à Emissora.

6.3. Na ocorrência dos eventos previstos no item 6.1.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do referido evento ou for assim informado pelos titulares das Debêntures, para deliberação, pelos Debenturistas, a respeito da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula Nona abaixo, que poderá optar, por deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar vencidas antecipadamente as Debêntures.

6.3.1. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 6.3 por falta de quórum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 6.3 pelo quórum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados no item 6.1 acima.

6.4. Em qualquer hipótese de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, devidos até a data do envio da notificação de que trata o item 6.2 acima ou da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas nos termos do item 6.3 acima, conforme o caso, acrescido dos valores devidos a título de encargos moratórios previstos nesta Escritura, desde a data do efetivo inadimplemento, nos casos de



27 DEZ 16 956691

RECEBIMOS
50 DIAS
RIO DE JANEIRO - RJ

eventos de descumprimento de obrigações pecuniárias, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.

6.5. O pagamento dos valores mencionados no item 6.4. acima será realizado pela Emissora em até 2 (dois) dias úteis contados da comunicação escrita a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos nesta Escritura de Emissão.

6.5.1. A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata o item 6.5. acima, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS GARANTIDORAS

7.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) sempre que houver e, enquanto permanecer em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, não distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio além do mínimo obrigatório definido pela Lei das Sociedades por Ações, sem a prévia e expressa autorização por escrito dos Debenturistas;
- (b) fornecer ao Agente Fiduciário, em tempo hábil, a partir da data do recebimento da respectiva solicitação, todas as informações, incluindo, mas não se limitando todas aquelas previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, de forma correta e completa, que sejam necessárias para a consumação da Oferta Restrita ou cumprimento de seus deveres nos termos desta Escritura de Emissão. A Emissora será responsável pela suficiência, precisão e veracidade das informações fornecidas, obrigando-se a indenizar os Debenturistas por eventuais prejuízos diretos e devidamente comprovados decorrentes de imprecisões, inverdades, insuficiência ou omissões relativas a tais informações;
- (c) fornecer ao Agente Fiduciário no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis a partir da data do recebimento da respectiva solicitação, qualquer informação que seja solicitada para a defesa dos interesses dos Debenturistas, observada a legislação aplicável e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;







27DEZ16 956691

REGISTRO DE DOCUMENTOS
PIQUE JANEIRO-CARIMAU-RJ

- (d) fornecer ao Agente Fiduciário informações a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 6.1 acima imediatamente após a sua ocorrência;
- (e) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta Restrita, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial;
- (f) preparar demonstrações financeiras, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (g) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (h) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (i) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (j) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de seu exercício social, e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização;
- (k) enviar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo para divulgação previsto na alínea (j) acima, as referidas demonstrações financeiras, bem como declaração, firmada por diretor estatutário da Emissora, nos termos do seu estatuto social, atestando (i) o regular cumprimento de suas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão; e (ii) a não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado previstas no item 6.1. acima, acompanhada de memória de cálculo comprobatória da não ocorrência da hipótese prevista na alínea (k) do item 6.1.2. acima;
- (l) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358");
- (m) encaminhar qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a





27 DEZ 16 956691

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
PÚBLICA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ser solicitada pelo Agente Fiduciário e quaisquer informações a respeito da ocorrência de qualquer descumprimento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, de natureza pecuniária ou não, incluindo mas não se limitando aos eventos indicados no item 6.1 acima, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis após a cobrança feita pelo Agente Fiduciário ou após a ocorrência do descumprimento, sem prejuízo dos demais procedimentos aplicáveis, nos termos desta Escritura;

- (n) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador, o Agente Fiduciário, e os sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário;
- (o) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, desde que previamente aprovadas pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (p) rigoroso cumprimento pela Emissora, em seus aspectos relevantes, ao disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão.
- (q) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (r) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, incluindo, mas não se limitando, cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM 476, inclusive com envio de documentos, se for o caso prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (s) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e do contrato de distribuição das Debêntures e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e lá previstas;

27 DEZ 18 956691

REGISTRO DE DOCUMENTOS
DIO DE JANEIRO 2019 25-01-19

- (t) notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas pela Emissora;
- (u) comparecer, por meio de seus representantes, às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (v) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (w) atuar em conformidade com as disposições da Lei no 12.846, de 1º de Agosto de 2013 e a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977*, conforme aplicável ("Leis Anticorrupção"), bem como não constar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS ou no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP;
- (x) cumprir com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Obriga-se, ainda, a Companhia, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (y) cumprir as leis, regulamentos e demais normas ambientais e relativas a segurança e saúde ocupacional, exigidos pela legislação e necessários para o exercício regular e seguro de suas atividades;
- (z) notificar em até 05 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes;
- (aa) manter a Garantia e a Fiança em pleno vigor, e os bens dados em garantia devidamente segurados durante toda a vigência das Debêntures objeto desta

27 DEZ 16 956691

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
PÚBLICO**Escritura de Emissão;**

- (bb) cumprir com as legislações trabalhistas em vigor adotando todas medidas e ações preventivas destinadas a evitar a prática de trabalho infantil e trabalho análogo ao de escravo; e
- (cc) (i) constituir a Garantia, por meio da celebração e lavratura das Escrituras de Hipoteca, até a Data de Integralização, conforme descrito no item 4.19 acima e (ii) registrar as Escrituras de Hipoteca nos respectivos Cartórios de Registro de Imóveis dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura da presente Escritura, conforme estabelecido no item 2.8.1 acima.
- 7.2. Cada uma das Garantidoras está adicionalmente obrigada a:
- (a) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de ciência, prestar informações a respeito da ocorrência de qualquer hipótese de vencimento antecipado;
- (b) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de recebimento, enviar cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida e que seja relacionada a um vencimento antecipado;
- (c) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de ciência, prestar informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que possa, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Emissora e/ou pelas Garantidoras, de qualquer das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (d) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data de ciência, prestar informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que faça com que as suas demonstrações financeiras consolidadas não mais reflitam sua real condição econômica e financeira;
- (e) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, prestar informações e/ou disponibilizar documentos que venham a ser justificadamente solicitados pelo Agente Fiduciário;
- (f) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e do contrato de

27 DEZ 18 956691

REGISTRO DE DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO, 18 DE DEZEMBRO DE 2018

distribuição das Debêntures e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e lá previstas;

- (g) enviar ao Agente Fiduciário suas referidas demonstrações financeiras, dentro do prazo de divulgação previsto na legislação aplicável;
- (h) comparecer, por meio de seus representantes, às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada; e
- (i) cumprir com as legislações trabalhistas em vigor adotando todas medidas e ações preventivas destinadas a evitar a prática de trabalho infantil e trabalho análogo ao de escravo.

CLÁUSULA OITAVA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomeação

A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão, a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

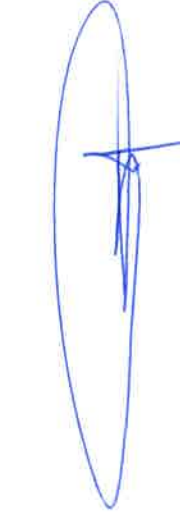
8.2. Declarações

8.2.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento;
- (b) não ter nenhum impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

- (d) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (e) não ter nenhuma ligação com a Emissora e/ou com as Garantidoras que o impeça de exercer suas funções;
- (f) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (g) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (h) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (i) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (j) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (k) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (l) verificará, na forma prevista no inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM 28, a regularidade da constituição da Fiança e da Garantia descritas respectivamente nos itens 4.18 e 4.19 acima, bem como sua suficiência e exequibilidade, com base nas demonstrações financeiras das Garantidoras e com base nos laudos de avaliação do Imóvel Tatuí elaborado pela Real Price Engenharia de Avaliações LTDA. em 24 de novembro de 2016 e Imóvel Paulista elaborado pela Planex Engenharia LTDA. em setembro de 2016;
- (m) assegurará tratamento equitativo a todos os Debenturistas; e
- (n) com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto na alínea k, inciso XVII, artigo 12 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário declara





27 DEZ 16 956691

REGISTRO EM 27 DEZ 2016
PIO CARNEIRO DE FV - RJ

que presta serviços de agente fiduciário na: (i) 7ª (sétima) emissão pública de debêntures simples, da espécie quirografária da Camargo Corrêa S.A. com vencimento em 5 de novembro de 2019, no volume total de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), na data de emissão. Foram emitidas 600 (seiscentas) debêntures. Até a presente data, não ocorreram eventos de resgate, amortização, repactuação e inadimplemento das debêntures; (ii) 8ª (oitava) emissão pública de debêntures simples, da espécie quirografária da CCR S.A. com vencimento em 15 de dezembro de 2018, no volume total de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), na data de emissão. Foram emitidas 40.000 (quarenta mil) debêntures. Até a presente data, não ocorreram eventos de resgate, amortização, repactuação e inadimplemento das debêntures; (iii) 2ª (segunda) emissão pública de debêntures simples, da espécie quirografária da Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. com vencimento em 14 de dezembro de 2019, no volume total de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), na data de emissão. Foram emitidas 400 (quatrocentas) debêntures. Até a presente data, não ocorreram eventos de resgate, amortização, repactuação e inadimplemento das debêntures; (iv) 10ª (décima) emissão pública de debêntures simples, da espécie quirografária da Camargo Corrêa S.A. com vencimento em 23 de novembro de 2019, no volume total de R\$1.065.147.200,00 (um bilhão e sessenta e cinco milhões, cento e quarenta e sete mil e duzentos reais), na data de emissão. Foram emitidas 10.651.472 (dez milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, quatrocentas e setenta e duas) debêntures. Até a presente data, não ocorreram eventos de resgate, amortização, repactuação e inadimplemento das debêntures e (v) 2ª (segunda) emissão pública de debêntures simples, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, da Camargo Corrêa Construções e Participações S.A. com vencimento em 24 de novembro de 2020, no volume total de R\$ 458.250.000,00 (quatrocentos e cinquenta e oito milhões, duzentos e cinquenta mil reais), na data de emissão. Foram emitidas 45.825 (quarenta e cinco mil, oitocentas e vinte e cinco) debêntures. Até a presente data, não ocorreram eventos de resgate, amortização, repactuação e inadimplemento das debêntures.

8.3 Substituição

8.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, a Assembleia Geral de Debenturistas será realizada dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por



30

27DEZ10 956691

REGISTRO DE DEBÊNTURES
PIOTECAPITAL-RJ

Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 8.3.7 abaixo.

8.3.2 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.3.3 A nomeação do novo Agente Fiduciário será aprovada mediante deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação.

8.3.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita (a) ao quórum previsto no item 8.3.3 acima; e (b) à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

8.3.5 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP.

8.3.6 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data de assinatura da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data de vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

8.3.7 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.



(m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

27 DEZ 16 956691
REGIS. EM CARTA DE REGISTRO
PROV. DE MINAS GERAIS

(m.5) amortização, aquisição facultativa e pagamento da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

(m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;

(m.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;

(m.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

(m.9) relação dos bens e valores entregues à sua administração; e

(m.10) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora e/ou pelas Garantidoras, ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora e/ou das Garantidoras em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

(n) colocar à disposição o relatório de que trata a alínea “m” acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

(n.1) na sede da Emissora;

(n.2) no seu escritório;

(n.3) na CVM;

(n.4) na CETIP; e

27 DEZ 16 956691

REGISTRAR PUBLICAÇÕES DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO

(n.5) na sede do Coordenador, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;

(o) divulgar as informações referidas na alínea "n.10" acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;

(p) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "m" acima;

(q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Escriturador e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, após a subscrição, integralização ou aquisição das Debêntures, a Emissora e os Debenturistas expressamente autorizam o Escriturador e a CETIP a divulgarem ao Agente Fiduciário, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como relação dos Debenturistas;

(r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;

(s) notificar os Debenturistas, por edital e, se possível, individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora e/ou Garantidoras, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;

(t) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(u) no caso de alteração do estatuto social da Emissora e/ou das Garantidoras que objetive mudar o objeto social da Emissora e/ou das Garantidoras, de modo a alterar substancialmente as atividades praticadas pela Emissora e/ou Garantidoras e que venha comprovadamente a afetar a sua capacidade financeira, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca da alteração proposta;

(v) acompanhar, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos

27 DEZ 16 956691

valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão;

(w) divulgar o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a ser calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através da sua central de atendimento e/ou de seu *website*;

(x) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora e/ou das Garantidoras, bem como das demais comarcas em que a Emissora e/ou das Garantidoras exerçam suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação; e

(y) acompanhar a manutenção do índice previsto na alínea (k) do item 6.1.2. acima, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora ou às Garantidoras todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, e informar imediatamente os titulares de Debêntures de qualquer descumprimento do referido índice financeiro.

8.4.2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações com eles somente serão válidos quando assim previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

8.4.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre qualquer fato da emissão cuja definição seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir nos termos desta Escritura de Emissão ou em cumprimento de deliberações tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas.

8.5. Atribuições Específicas

8.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora e/ou da Garantidora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

(a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e

27 DEZ 18 956691

acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, nos termos da Cláusula 6.1. acima;

- (b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "c" acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da totalidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia Geral de Debenturistas quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" acima.

8.6. Remuneração do Agente Fiduciário

8.6.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável em vigor e desta Escritura de Emissão, uma remuneração equivalente a parcelas anuais de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data da assinatura desta Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes, até o vencimento das Debêntures. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento. .

8.6.2. A remuneração prevista na Cláusula 8.6.1 acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

8.6.3. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão ou da participação em reuniões ou conferências




37

27 DEZ 16 9556691

REGISTRO DE DOCUMENTOS
PÁGINA 1 DE 1

telefônicas, antes ou depois da Emissão, bem como atendimento à solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como à (i) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar; (ii) execução das garantias; (iii) participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com os Debenturistas; e (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

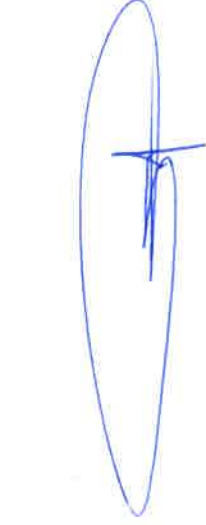
8.6.4. No caso de celebração de aditamentos a escritura de emissão bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.

8.6.5. As parcelas referentes à remuneração prevista nas cláusulas acima serão atualizadas, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M.

8.6.6. A remuneração prevista no item 8.6.1 acima será acrescida dos seguintes Impostos: (a) ISS (Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza); (b) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (c) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (d) CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); e (e) IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes. No caso de eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário, ou no caso de alteração nas características da emissão, ficará facultada a revisão da remuneração do Agente Fiduciário.

8.6.7. Os serviços do Agente Fiduciário previstos no presente instrumento são aqueles descritos na Instrução CVM nº 28 e Lei 6.404/76.

8.6.7.1. A remuneração não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais,



27 DEZ 16 1956691

sucumbências, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da presente emissão, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos investidores e ressarcidas pela Emissora.

8.6.7.2. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos investidores. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos.

8.6.8. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido.

8.7. Despesas

8.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios, honorários de auditores independentes e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, devendo ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora.

8.7.2. O ressarcimento será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da entrega à Emissora de cópia dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

8.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora e das Garantidoras, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível,

27 DEZ 16 19956691

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
PIQ. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos.

8.7.4. As despesas a que se refere este item 8.7. compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (c) locomoções entre Estados da Federação, alimentação, transporte, e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) despesas com especialistas, tais como assessoria legal aos Debenturistas em caso de vencimento antecipado das Debêntures, bem como depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra estes, no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.



27 DEZ 16

956691

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
RIO DE JANEIRO, 16 DE DEZEMBRO DE 2016**CLÁUSULA NONA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.1. Convocação

9.1.1. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

9.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.1.3. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada em prazo mínimo de 8 (oito) Dias Úteis, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

9.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

9.2. Quórum de Instalação

9.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a totalidade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas em que comparecerem todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de sua efetiva convocação.



27 DEZ 16 956691

RECIBO DE PAGAMENTO
R\$ 1.000,00
RIO DE JANEIRO, 16 DE DEZEMBRO DE 2016

9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle), sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

9.3. Mesa Diretora

A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

9.4. Quórum de Deliberação

9.4.1. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura de Emissão, alterações nos termos e condições desta Escritura deverão ser aprovadas seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação.

9.4.2. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas que tenham por objeto alterar a (i) Remuneração; (ii) a Data de Vencimento; (iii) quóruns de deliberação de Assembleia Geral de Debenturistas previstos neste item 9.4; e (iv) hipóteses de vencimento antecipado, conforme previstas no item 6.1 acima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem no mínimo 90% (noventa por cento) do total das Debêntures em Circulação. O quórum previsto para alterar as hipóteses de vencimento antecipado não guarda qualquer relação com o quórum para declaração de vencimento antecipado estabelecido no item 6.3 acima.

9.4.3. Não estão incluídos no quórum a que se refere o item 9.4.1. acima os quóruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão.



27 DEZ 16 956691

REGISTRO DE DEBENTURAS
PIO DE JANEIRO, RJ

9.4.4. Toda e qualquer alteração dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação dos Debenturistas com um quórum no mínimo igual ao qual está sendo alterado.

9.4.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora e/ou das Garantidoras na Assembleia Geral de Debenturistas.

9.4.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

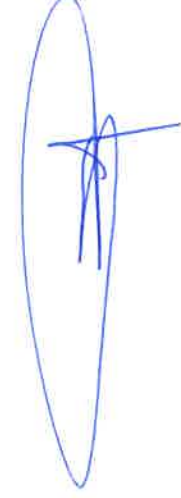
9.4.7. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DAS GARANTIDORAS

10.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações não infringem nenhuma obrigação relevante anteriormente assumida;
- (c) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculante, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e as Debêntures não infringem disposição legal, contrato ou instrumento dos quais a Emissora seja parte nem resultará em (i) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (iii) na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora;
- (e) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações, e obteve todas as licenças, autorizações e consentimentos necessários, inclusive, mas sem limitação, aprovação societária à emissão das





27 DEZ 16 956691

REGISTRO DE PREÇOS
RIO DE JANEIRO, 16 DE DEZEMBRO DE 2010

Debêntures, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

- (f) as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão constituem obrigações diretas, incondicionais e não subordinadas;
- (g) as operações e propriedades da Emissora cumprem, em todos os aspectos relevantes, com as leis, regulamentos e licenças ambientais em vigor; não há quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar uma ação ambiental contra a Emissora, nos termos de qualquer lei ambiental;
- (h) pagou todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, exceto aqueles que estejam sendo contestados judicialmente e tenham a sua exigência suspensa através de liminar ou depósito em juízo e para os quais a Emissora tenha feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (i) cumpre em todos os aspectos relevantes todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança;
- (j) cumpre, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto com relação àquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé;
- (k) nesta data, (i) detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades; (ii) observa e cumpre, em todos os seus aspectos relevantes, seu estatuto social ou quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possa estar obrigada (iii) cumpre, em todos os seus aspectos relevantes, com a legislação brasileira em vigor; sendo que o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da Emissão não resultará em violação de qualquer lei aplicável, estatuto,

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

27 DEZ 16 956691
REGISTRO DE PATENTES
RIO DE JANEIRO, CAPITAL-RJ

regra, sentença, regulamentação, ordem, mandado, decreto judicial ou decisão de qualquer tribunal, nacional ou estrangeiro;

- (l) não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias contra a Emissora, que, de acordo com o melhor conhecimento da Emissora poderiam, individual ou conjuntamente, ter um Efeito Material Adverso;
- (m) mantém cobertura de seguro com seguradoras de reconhecida capacidade financeira contra perdas e riscos e em valores que estão de acordo com a região geográfica e os negócios em que está engajada. A Emissora não tem qualquer razão para acreditar que não conseguirá renovar os seguros existentes quando expirar a cobertura ou obter cobertura conforme necessário para dar continuidade aos seus negócios;
- (n) mantém um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir que: (i) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas da administração da Emissora; e (ii) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e para manter a contabilidade dos ativos da Emissora;
- (o) possui e detém o título de todas as patentes, direitos de patente, marcas comerciais, marcas de serviço, nomes e bandeiras comerciais, direitos autorais e obras sob direitos autorais, segredos comerciais e informações comerciais confidenciais, *software* e outros direitos de propriedade intelectual similares necessários para capacitá-la a continuar conduzindo, em todos os aspectos relevantes, seus negócios da forma como são atualmente conduzidos;
- (p) na Data de Liquidação e, imediatamente após, a Emissora, após a colocação das Debêntures, será solvente, nos termos da legislação brasileira;
- (q) não omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa impactar o cumprimento das obrigações para com os debenturistas;
- (r) a Emissora ou qualquer de seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em

27 DEZ 16 956691

RECIBO DE PAGAMENTO
RIO DE JANEIRO RJ

garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição, exceto com relação aqueles bens que são objeto de concessões governamentais e considerados de interesse público;

- (s) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora que constam desta Escritura de Emissão são, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, verdadeiras, corretas consistentes e suficientes em todos os seus aspectos materiais.

10.2. Cada uma das Garantidoras, individual e não solidariamente, neste ato declara e garante que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações não infringem nenhuma obrigação relevante anteriormente assumida;
- (c) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculante, exequível de acordo com os seus termos e condições, e não é necessária autorização regulatória para celebração desta Escritura de Emissão e para prestação da Fiança;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e as Debêntures não infringem disposição legal, contrato ou instrumento dos quais seja parte nem resultará em (i) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (iii) na criação de qualquer ônus sobre qualquer de seus ativos ou bens;
- (e) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão, e a cumprir com suas obrigações, e obteve todas as licenças, autorizações e consentimentos necessários, inclusive, mas sem limitação, aprovação societária à emissão das Debêntures, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

27 DEZ 18 956691

REGISTRO DE TRANSFERÊNCIAS DE VALORES
RIO DE JANEIRO - RJ

- (f) as suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 2015 são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos relevantes na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a sua posição financeira e patrimonial, seus resultados, operações e fluxos de caixa no período e foram auditadas;
- (g) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (h) todas as declarações e garantias a ela relacionadas que constam desta Escritura de Emissão são, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, verdadeiras, corretas consistentes e suficientes em todos os seus aspectos materiais;
- (i) que seja do conhecimento das Garantidoras, não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções, bem como não há qualquer ligação entre a Garantidora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (j) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa das Garantidoras, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 do Novo Código de Processo Civil Brasileiro; e
- (k) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

10.3. Para fins desta Escritura de Emissão, "Efeito Material Adverso" significa qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, alteração ou efeito sobre a Emissora e/ou Garantidoras, conforme o caso, que modifique adversamente a condição econômica, financeira, jurídica ou de qualquer outra natureza, da Emissora e/ou das Garantidoras, conforme o caso, de modo a afetar a capacidade da Emissora e/ou das Garantidoras de cumprir com suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, da Emissão ou da Oferta Restrita.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS NOTIFICAÇÕES

- 11.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem



1 DEZ 5 16:11 ILUSTR. DOCUMENTOS
EXCEÇÃO
27 DEZ 16
REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
RIO DE JANEIRO - RJ

enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

SANTISTA WORK SOLUTION S.A.

Avenida Maria Coelho Aguiar, 215 – Bloco A – 2º andar – Sto Amaro

São Paulo, SP

Cep 05804-900

At.: Paulo Cesar Alves

Telefone: (11) 2383-8883

e-mail: Paulo.alves@santistasa.com.br

Para a Santista Participações:

SANTISTA PARTICIPAÇÕES S.A.

Avenida Maria Coelho Aguiar, 215 – Bloco A – 2º andar – Sto Amaro

São Paulo, SP

Cep 05804-900

At.: Paulo Cesar Alves

Telefone: (11) 2383-8883

e-mail: Paulo.alves@santistasa.com.br

Para a Santista Jeanswear:

SANTISTA WORK SOLUTION S.A.

Avenida Maria Coelho Aguiar, 215 – Bloco A – 2º andar – Sala 1 – Sto Amaro

São Paulo, SP

Cep 05804-900

At.: Paulo Cesar Alves

Telefone: (11) 2383-8883

e-mail: Paulo.alves@santistasa.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, n.º 3434, Bloco 7, Sala 201, Barra da Tijuca

CEP 22640-102 – Rio de Janeiro, RJ


At.: Antonio Amaro / Maria Carolina Vieira Abrantes

Tel.: + 55 (21) 3514-0000

Fax: + 55 (21) 3514-0099

e-mail: antonio.amaro@oliveiratrust.com.br / ger2.agente@oliveiratrust.com.br





27 DEZ 16 956691

REGISTRO DE JUIZAMENTO DE DOCUMENTOS
PIOTI JABER MACIEL AL-RJ

julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.3. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 815 e seguintes, do Código de Processo Civil.

12.4. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

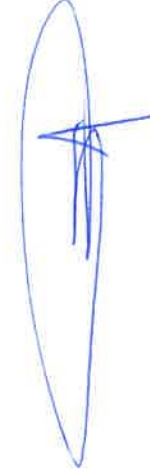
12.5. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

12.6. Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta Restrita e registro da Fiança, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e Escriturador e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

12.7. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, o Agente Fiduciário e as Garantidoras, na qualidade de interveniente anuente, em 5 (cinco) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 20 de dezembro de 2016.



REGISTRO DE IMPLANTACAO DE PROTESES
50 OFICINA

27 DEZ 16 1956691

REGISTRO DE IMPLANTACAO
PIO II JAMBUQUA SPITAL-RJ

[Restante da Página Deixado em Branco Intencionalmente]





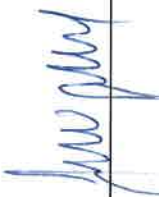





27 DEZ 18 956691
REGISTRO DE EMPRESAS
RIO DE JANEIRO-CAPITAL-RJ

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Fime, da Santista Work Solution S.A.

SANTISTA WORK SOLUTION S.A.

GS		
Nome:	Gilberto Stocche	Kleber Cardoso
Cargo:	C.E.O. Santista S/A	Diretor Financeiro







ALVARÁO DE FÉ
50 CÍDIO
27 DEZ 16
956691
REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
RIO DE JANEIRO - RJ

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da Santista Work Solution S.A.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.



Nome:

Cargo:

Leonardo Caires P. Moreira
Procurador



Nome:

Cargo:

Bruna Souza Noel
Procuradora

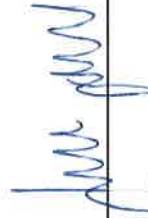




RECEBIMOS EM PAGAMENTO
27 DEZ 16 956691
REGISTRO EM CARTA DE CANCELAMENTO
RIO DE JANEIRO - RJ

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da Santista Work Solution S.A.

SANTISTA PARTICIPAÇÕES S.A.



GS

Nome:
Cargo:

Gilberto Stocche
C.E.O. Santista S/A



Nome:
Cargo:

Kieber Cardoso
Diretor Financeiro





27 DEZ 16 956691

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
5º OFÍCIO - JANEIRO - RJ

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da Santista Work Solution S.A.

SANTISTA JEANSWEAR S.A.

<p>GS</p> <p>Nome: <u>Gilberto Stocche</u></p> <p>Cargo: <u>C.E.O. Santista S/A</u></p>	<p>Nome: <u>Kleber Cardoso</u></p> <p>Cargo: <u>Diretor Financeiro</u></p>
---	--

Testemunhas

<p>1. <u>Paulo César Alves</u></p> <p>Nome: <u>Paulo César Alves</u></p> <p>CPF: <u>087.376.848-50</u></p> <p>RG: <u>17412427 (SSP/SP)</u></p>	<p>2. <u>Ricardo Ferreira</u></p> <p>Nome: <u>Ricardo Ferreira</u></p> <p>CPF: <u>45.463.768-8</u></p> <p>RG: <u>345.272.418-26</u></p>
--	---

